



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL

(Processo Administrativo nº 2026/000001-FJF)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de MATERIAIS DIVERSOS PARA SEÇÃO DE MEIO AMBIENTE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Proveta de Plástico (PP) autoclavável graduada 250 ml Características: Capacidade: 250 ml Material do tubo: Polipropileno Material base: Plástico Graduada	409894	UNIDADE	10	R\$11,20	112
2	Bastão de vidro 8 x 300 mm Fabricado em vidro borossilicato 3.3 de alta resistência. Vidro maciço e resistente a substâncias químicas. Pontas polidas.	409530	UNIDADE	10	R\$ 4,90	49
3	Pipeta graduada capacidade 10ml comprimento 330 mm. Graduada com marcações precisas para medições confiáveis. Vidro resistente e transparente, fácil de limpar e reutilizar. Esgotamento total para dosagens exatas sem resíduos. Indispensável em laboratórios clínicos, universitários e industriais. Compatível com diversos líquidos, garantindo versatilidade e precisão.	426606	UNIDADE	10	R\$ 5,88	58,8

4	<p>O Balão Volumétrico Com rolha de polipropileno de 1000ml</p> <p>A calibração é baseada no volume ("In") a 20 °C; Fabricado em Vidro Borosilicato 3.3; Vidraria Incolor; O gargalo possui uma única marcação (traço de aferição), para que se possa medir um determinado volume de líquido; Autoclavável a 121°C; Gravação em tinta cerâmica de alta durabilidade na cor branca; Tarja com tamanho grande para facilitar a marcação; Possui alta resistência a ataques químicos;</p>	602402	UNIDADE	10	R\$ 66,41	664,1
5	<p>Balão Volumétrico com Rolha de Poli 500ml</p> <p>Fabricado em Vidro Borosilicato 3.3; A calibração é baseada no volume ("In") a 20 °C; Fabricado de acordo com as Normas ISO 1042 e USP; O limite de erro está de acordo com a Classe A, conforme ISO 1042; O gargalo possui uma única marcação (traço de aferição), para que se possa medir um determinado volume de líquido; Autoclavável a 121°C; Gravação em tinta cerâmica de alta durabilidade na cor branca; Tarja com tamanho grande para facilitar a marcação; Possui alta resistência a ataques químicos; Acabamento superior.</p>	602401	UNIDADE	10	R\$ 47,09	470,9
6	<p>Balão volumétrico classe A vidro 250ml</p> <p>Fabricado em Vidro Borosilicato 3.3; A calibração é baseada no volume ("In") a 20 °C; Fabricado de acordo com as Normas ISO 1042 e USP; O limite de erro está de acordo com a Classe A, conforme ISO 1042; O gargalo possui uma única marcação (traço de aferição), para que se possa medir um determinado volume de líquido; Autoclavável a 121°C; Gravação em tinta cerâmica de alta durabilidade na cor branca; Tarja com tamanho grande para facilitar a marcação; Possui alta resistência a ataques químicos; Acabamento superior.</p>	415400	UNIDADE	10	R\$ 46,22	462,2
7	<p>Becker de vidro forma baixa de 250 ml</p> <p>Resistência Térmica Elevada: Suporta picos de até 500°C e variações térmicas ($\Delta T=100K$) com segurança.</p> <p>Precisão Visual: Graduação dupla em escala branca com tinta cerâmica de alta durabilidade, resistente a lavagens e reagentes.</p> <p>Escoamento Perfeito: Bico projetado para evitar gotas e escorrimientos pela parede externa do copo.</p> <p>Versatilidade Magnética: Fundo totalmente plano, ideal para uso com barras magnéticas e agitadores.</p> <p>Segurança Certificada: Fabricado sob rigorosas normas internacionais (ISO 3819, DIN 12331 e USP).</p>	408266	UNIDADE	10	R\$ 8,82	88,2

8	Pisseta Capacidade: 250ml Material: Polietileno Graduada em alto relevo;	279890	UNIDADE	10	R\$ 7,72	77,2
9	Pipetador de borracha 3 vias Material: Borracha resistente a reagentes químicos; Válvulas de três vias (A – Ar, S – Sucção, E – Ejeção); Uso ergonômico e confortável; Compatível com a maioria das pipetas de vidro. O Pipetador Uniplas 3 Vias é uma solução simples, segura e econômica para o manuseio de líquidos em laboratório, substituindo o uso de pipetagem manual e evitando riscos de contaminação.	411171	UNIDADE	10	R\$ 29,65	296,5
10	Bureta Graduada vidro incolor T/T 50 ml A bureta é um tipo de vidraria utilizada em laboratórios, disposta na vertical (com escoamento de fluido de forma gravitacional), NORMALMENTE sustentada por um suporte universal (com garras) e, quando em utilização, posicionada sobre um béquer ou erlenmeyer. Seu principal objetivo de uso está na correta dosagem volumétrica de algum reagente nas titulações.	630769	UNIDADE	10	R\$ 91,24	912,4
11	Eletrodo de pH – Combinado Industrial - Conector BNC Características pH: 0 a 14 Temperatura: 5 a 100 °C Isopotencial: 7 +/- 0,5 Resistência: 600 M Ω Referencial: Ag/AgCl tipo difusão e KCl 3M Junção: anular Corpo: vidro Dimensões: 120mm x 12mm Aplicações: Cosméticos, cremes, gorduras, shampoos, pastas, soluções viscosas, detergentes, efluentes, amostras de solo, aquários, água potável, água pura, amostras com baixa atividade iônica, colorantes.	473688	UNIDADE	10	R\$ 460,13	4601,3
12	Tubo Soldável 60mm Barra 6m INFORMAÇÕES TÉCNICAS Atende norma NBR 5648 Disponível nos diâmetros de 60 mm Suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm² ou 75 m.c.a.).	255731	UNIDADE	15	R\$ 175,09	2626,35

13	<p>Tubo Soldável 50mm Barra 6m</p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>Atende norma NBR 5648</p> <p>Disponível nos diâmetros de 60 mm</p> <p>Suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm² ou 75 m.c.a.).</p>	407375	UNIDADE	15	R\$ 120,51	1807,65
14	<p>Pneu quadriciclo 22 x 10 – 10 (traseiro)</p> <p>Tamanho: 22 x 10-10</p> <p>Aro: 10 polegadas</p> <p>Terreno: Fora De Estrada</p> <p>Montagem: Sem Câmara</p> <p>Letra: Preta</p> <p>Aderência e Durabilidade: Projetado para oferecer excelente tração e resistência em diversos tipos de terreno</p>	612279	UNIDADE	4	601,83	2407,32
15	<p>Pneu quadriciclo 22 X 7-10 (dianteiro)</p> <p>Informações técnicas</p> <p>Categoria: Quadriciclo</p> <p>Terreno: Fora De Estrada</p> <p>Índice de carga (por pneu): 33 - 115 kg</p> <p>Quantidade de lonas: 6</p> <p>Montagem: Sem Câmara</p> <p>Letra: Preta</p>	358784	UNIDADE	4	443,63	1774,52
16	<p>Hidróxido De Sódio Solução 50%</p> <p>Especificações: Aspecto: Líquido</p> <p>Cor: Incolor</p> <p>Odor: Pungente</p> <p>Ph>12,00</p> <p>Densidade (G/ML): 1,45 A 1,55</p> <p>Solubilidade Em Água; Solúvel</p> <p>Aplicação</p> <p>Utilizado Em Indústrias De Papel E Celulose, Têxtil, Saneantes, Cosméticos, Petróleo, Tratamento De Efluentes Industriais Ou Águas Para Uso Diversos, Regeneração De Resinas De Troca Iônica. Manuseio E Estocagem</p> <p>A armazenagem Deve Ser Feita Em Local Seco, Coberto E Ventilado. O Produto É Fornecido Em Bombonas De 30 Kg, 60 Kg Ou Ibc.</p>	477137	LITRO	10000	R\$ 6,83	68300
17	<p>Coagulante Pac18</p> <p>Especificações:</p> <p>Composição: Policloreto De Alumínio (Al₂O₃)</p> <p>Aspecto: Líquido</p> <p>Cor: Levemente Turvo, Âmbar</p> <p>Densidade (G/ML): 1,15 A 1,25</p> <p>Al₂O₃: Min. 16%</p> <p>Ph 1.5 A 5.0</p> <p>Solubilidade Em Água: Solúvel Em Água</p> <p>Teor De Ativos: 16 A 18%</p> <p>Aplicação</p> <p>Utilizado No Tratamento De Água Industrial, No Tratamento De Efluentes Com Alta Concentração De Metais. Suporta Variações Fortes De Ph. Não Necessita De Pré-Neutralização. Remove Com Grande Eficiência Ions De Ferro E Manganês Em Sua Forma Orgânica E Inorgânica. Remove Algas E Substâncias Húmicas Prevenindo A Formação De Thm.</p> <p>Aumenta A Velocidade De Decantação Por Produzir Flocos Mais Densos.</p>	420569	QUILO	1000	R\$ 8,22	8220

18	<p>Adesivo Plástico Para Tubos E Conexões De Pvc 850g</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adesivo indicado para tubos e conexões com diâmetros de 20, 25, 32, 40, 50 e 60 mm; - Frasco com 850g; - Com pincel aplicador; - É necessário aguardar 12 horas para submeter o sistema a pressão. 	377170	UNIDADE	12	R\$ 59,53	714,36
19	<p>Registros Duas Porcas 110mm</p> <p>Bitola: 110 mm</p> <p>Diametro Nominal (DN): 110 mm</p> <p>Pressão Trabalho: 10kgf/cm²</p> <p>Peça: Registro Esfera</p> <p>Cor: Marrom/Volante Laranja</p>	257683	UNIDADE	6	R\$ 867,75	5206,5
20	<p>Registro Esfera Soldável 60Mm</p> <p>A linha soldável é um sistema em PVC para condução de água fria com portfólio completo para atender todos os projetos, utilizada em obras residenciais, comerciais e industriais. Aplicada em instalações de águas frias permanentes e embutidas.</p>	611813	UNIDADE	12	R\$ 108,99	1307,88
21	<p>Registro Soldável De Esfera 50mm</p> <p>Tecnologia de Soldagem, Design Compacto, Controle Preciso de Fluxo.</p> <p>A instalação soldável oferece mais robustez e fixação, sendo ideal para uso em tubulações de PVC. Perfeito para quem precisa de um produto confiável e de fácil manutenção em projetos.</p>	605607	UNIDADE	12	R\$ 46,85	562,2
22	<p>Registro Esfera Soldável 25Mm Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diâmetro: 25mm; - Material: PVC; - Suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm² ou 75 m.c.a.). 	605605	UNIDADE	12	R\$ 16,48	197,76

23	Registro Esfera PVC - 20mm Principais características do produto: - Tamanho: 20mm - Material: PVC - Acabamento: Liso - Modelo: Esfera	440849	UNIDADE	12	R\$ 18,04	216,48
24	União Soldável 60mm: um sistema em PVC para condução de água fria com portfólio completo para atender todos os projetos. Informações Técnicas: Atende norma NBR 5648, suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm ² ou 75 m.c.a.).	214188	UNIDADE	24	R\$ 99,96	2399,04
25	União Soldável 50mm Pvc Marrom Atende a norma NBR 5648, suporta pressão de serviço de até 750 kPa (7,5 Kgf/cm ² ou 75 m.c.a) à temperatura de 20°C. Principais Características: - Rapidez na execução das juntas soldáveis; - Solda com Adesivo Plástico ou Adesivo Plástico Extra Forte.	214187	UNIDADE	24	R\$ 32,79	786,96
26	União Soldável 25mm Pvc Marrom Atende norma NBR 5648 e suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm ² ou 75 m.c.a.).	214184	UNIDADE	48	R\$ 9,43	452,64
27	União Soldável 20mm PVC MarromAtende norma NBR 5648, suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm ² ou 75 m.c.a.)	396870	UNIDADE	96	R\$ 6,92	664,32

28	<p>Tê Soldável 110mm Peso Bruto: 1,262 Kg Altura: 209 mm Largura: 138 mm Profundidade (Comp.): 264 mm Bitola: 110 mm Diâmetro Nominal (DN): 110 mm Diâmetro Externo (DE): 131 mm Diâmetro Interno (DI): 110 mm Espessura: 6,5 mm Ângulo: 90 Pressão Trabalho: 10kgf/cm² Peça: Tê Cor: MARROM</p>	611291	UNIDADE	20	R\$ 204,26	4085,2
29	<p>Tê Soldável 60mm Pvc Marrom Atende a norma NBR 5648, suporta pressão de serviço de até 750 kPa (7,5 Kgf/cm² ou 75 m.c.a) à temperatura de 20°C.</p> <p>Principais Características: - Rapidez na execução das juntas soldáveis; - Solda com Adesivo Plástico ou Adesivo Plástico Extra Forte.</p>	242708	UNIDADE	20	R\$ 32,56	651,2
30	<p>Te Soldável 50 mm - Marrom Tipo: Tê Uso Indicado: Para fazer derivação a 90° de um Alinhamento Principal Dimensões Aproximadas do Produto com Embalagem (cm) - AxLxP: 6,2 x 4,6 x 7,8 cm Tipo de Material: PVC</p> <p>Informações Adicionais: Bitola em Milímetros: 50 Norma Técnica: NBR 5648 e NBR 5626 Cor: Marrom Temperatura Máxima da Água: Temperatura ambiente (20°C)</p>	613557	UNIDADE	20	R\$ 11,11	222,2
31	<p>Tê Soldável 25mm Pvc Marrom Atende norma NBR 5648 Suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm² ou 75 m.c.a.).</p>	399168	UNIDADE	50	R\$ 2,22	111
32	<p>Tê Soldável 20mm Pvc Marrom Atende norma NBR 5648 suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm² ou 75 m.c.a.). Rapidez na execução das juntas soldáveis. Solda com Adesivo Plástico ou Adesivo Plástico Extra Forte.</p>	374822	UNIDADE	100	R\$ 1,69	169

33	Luva Soldável 110mm em PVC para condução de água fria com .Aplicada em instalações de água frias permanentes e embutidas. Atende norma NBR 5648, suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm2 ou 75 m.c.a.);	270390	UNIDADE	20	R\$ 69,01	1380,2
34	Luva soldável 60MM suporta pressão de serviço de até 750 kPa, indicado para fazer reparos na tubulação que conduz água fria.	265032	UNIDADE	20	R\$ 65,97	1319,4
35	Luva de Correr Soldável 50mm Uso Indicado: Água Fria Bitola em Polegadas: 2 " Bitola em Milímetros: 50 mm Produto: Luva Altura: 3,00 cm Largura: 3,00 cm Comprimento: 4,00 m Material: Plástico Tipo de Material: PVC Cor: Marrom	270389	UNIDADE	20	R\$ 35,05	701
36	Joelho Pvc Marrom Soldável 90° Graus 110mm Material: PVC Bitola: 110mm Pressão de Serviço (a 20°C): Conexões entre 20 e 50 mm: 7,5 kgf/cm² (75 m.c.a) Conexões entre 60 e 110 mm: 10 kgf/cm² (100 m.c.a) Tipo de Conexão: Soldável	306063	UNIDADE	20	R\$ 329,26	6585,2
37	Joelho Soldável 90° 60mm Atende norma NBR 5648 Diâmetro: 60mm Suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm² ou 75 m.c.a.).	258348	UNIDADE	20	R\$ 34,60	692

38	<p>Joelho Soldável 90° 50mm</p> <p>Atende norma NBR 5648</p> <p>Diâmetro: 50mm</p> <p>Suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm² ou 75 m.c.a.).</p>	398761	UNIDADE	20	R\$ 7,52	150,4
39	<p>Joelho Soldável 90° 25mm</p> <p>Atende norma NBR 5648</p> <p>Diâmetro: 25mm</p> <p>Suporta pressão de serviço de até 750 kPa, (7,5 kgf/cm² ou 75 m.c.a.).</p>	231222	UNIDADE	50	R\$ 1,08	54
40	<p>Curva 90° X 110mm Soldável</p> <p>Altura: 362 mm</p> <p>Largura: 123 mm</p> <p>Profundidade (Comp.): 362 mm</p> <p>Bitola: 110 mm</p> <p>Diametro Nominal (DN): 110 mm</p> <p>Diâmetro Externo (DE): 122,2 mm</p> <p>Diâmetro Interno (DI): 110 mm</p> <p>Espessura: 6,1 mm</p> <p>Ângulo: 90</p> <p>Pressão Trabalho: 10kgf/cm²</p> <p>Peça: Curva</p> <p>Cor: MARROM</p>	302295	UNIDADE	20	R\$ 265,94	5318,8
41	<p>Curva Soldável 90 X 60mm</p> <p>Material: PVC</p> <p>Cor: Marrom</p> <p>Feitos em PVC, suportando a pressão 7,5Kgf/cm, produzidos na cor marrom para a Linha Soldável</p>	483205	UNIDADE	20	R\$ 36,81	736,2
42	<p>Curva Soldável 90 X 50mm</p> <p>Modelo: Curva Longa 90 Graus Soldável 50mm Pvc Marrom</p> <p>Série: Soldável</p> <p>Medidas da embalagem (CxLxA): 6x6x27cm</p>	483211	UNIDADE	30	R\$ 14,71	441,3

43	Curva 90 25mm Soldável Marrom Uso Indicado: Mudar Direção em Ângulo de 90 Dimensões Aproximadas do Produto com Embalagem (cm) – AxLxP: 8,6 x 8,6 x 34 cm Bitola em Milímetros: 25 Cor: Marrom Temperatura Máxima da Água: Temperatura ambiente (20C) Pressão Máxima de Funcionamento: 7,5 Kgf/cm à 20	483206	UNIDADE	36	R\$ 4,11	147,96
44	Lixeira c/ Pedal 15 litros. Peso 1,200 kg Dimensões 37 x 32 x 39 cm Cor: preta	443238	UNIDADE	100	R\$ 24,70	2470
45	Kit 20 Ratoeiras Adesivas Cola Forte – Sem Veneno Cola forte de longa duração Sem veneno e sem odor Fácil de usar: basta abrir e posicionar Descarte simples e higiênico Eficaz contra: Ratos e camundongos Outros insetos podem ser capturados de forma acidental ESPECIFICAÇÕES Quantidade: 20 unidades Tamanho aberto: 33 x 25 cm Material: Papelão rígido com cola adesiva	445785	UNIDADE	50	52,98	2649

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme inciso II, do Art. 3, do Decreto 10.024/2019.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadrará como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da homologação, na forma indicada na Ata de Registro de Preços.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se por ser memorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, se necessário, considerando a segregação em lotes/grupos dos itens licitados, encontra-se pormenorizada em tópicos específicos dos itens seguintes deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, sempre que possível, como, por exemplo:

4.1.1 Certificação ISO 14001:2015.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não foram utilizadas indicação de marcas ou modelos.

4.3. Presume-se que as características e especificações mencionadas sejam suficientes para a compreensão dos licitantes.

Da exigência de amostra

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, se necessário, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização, divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5. As amostras poderão ser entregues no endereço Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 7.500 – bairro Benfica – Juiz de Fora, MG – CEP 36.092-060, no prazo limite de **05 (cinco) dias úteis**, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.8. Serão avaliados aspectos e padrões de aceitabilidade em conformidade com a distinção de cada item.

4.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.12. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

- 4.13. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.14. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

- 4.15. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.16. Não haverá exigência da garantia da contratação do art. 70 da Lei nº 13.303, de 2016.
- 4.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.


5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da (s) Nota (s) de Empenho, em remessa única ou programada, conforme instruções que seguirão no e-mail que terá a Nota de Empenho como anexo.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 7.500 – bairro Benfica, Juiz de Fora, MG – CEP 36.092-060.
- 5.3.1 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal (item 5.4), será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

- 5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual. 

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 13.303, de 2016, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais,

dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão, por agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Multa:

7.2.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

7.2.3.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

7.2.3.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.3.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.3.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.3.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.3.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 As peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 Os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas, previstos neste instrumento e/ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa

jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar são passíveis de reabilitação.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser comunicado à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 29 da Lei nº 13.303, de 2016.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.11.1 O prazo de validade;
- 8.11.2 A data da emissão;
- 8.11.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.11.4 O período respectivo de execução do contrato;
- 8.11.5 O valor a pagar; e
- 8.11.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.14.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.14.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente, indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral ou parcelado, conforme o item e as instruções que seguirão no e-mail que terá a (s) Nota (s) de Empenho como anexo.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato

social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.23. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.28. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade, se houver.

9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.29.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 205.788,80. (Duzentos e cinco mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada;

10.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: **[16501/168006]**;
- II) Fonte de recursos: **[informada obrigatoriamente na NE]**;
- III) Programa de trabalho: **[informada obrigatoriamente na NE]**;
- IV) Elemento de despesa: **[informado obrigatoriamente na NE]**; e
- V) Plano interno: **[informado obrigatoriamente na NE]**.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Juiz de Fora, março de 2026.

GUSTAVO FERREIRA FELIZARDO

Chefe da Seção de Meio Ambiente